

Resolução nº 19 de 05 de Outubro de 2016.

Dispõe sobre a Constituição da Comissão Eleitoral, suas competências e do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Caraguatatuba – COMDEFI, junto ao processo de escolha de representantes da Sociedade Civil para a Gestão 2017-2020.

O Conselho da Pessoa com Deficiência no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis nº 1.892, de 02 de Dezembro de 2010 e Lei nº 2026 de 12 de Junho de 2012, Lei nº 2.059, de 12 de Novembro de 2012, em especial a Lei nº 2.271, de 01/03/16, em assembléia extraordinária realizada em 05 de Outubro de 2016,

RESOLVE:

Artigo 1º - Constituir Comissão Eleitoral e dar competências ao colegiado do COMDEFI, frente aos trabalhos de escolha de representantes da Sociedade Civil - Processo Eleitoral para Gestão 2017-2020, a saber:

Comporão a Comissão Eleitoral os Conselheiros:

- Benedito Aparecido da Silva, RG nº 7.660.733-1;
- Simone Muniz dos Santos, RG nº 28.243.023-4;
- Elizabeth Silva Ribeiro do Val, RG nº 2007475656;
- Maiza Aparecida Gaspar Rodrigues, RG nº 17.305.439-0;
- Luciane Maria Molina Barbosa, RG nº 29.962.805-X
- Ivy Monteiro Malerba. RG nº 32.629.468-5.

Secretária Executiva: Rita de Cássia de Moraes Canuto – RG nº 12.902.319X, Setor de Apoio aos Conselhos da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do Idoso- SEPEDI, suporte administrativo/técnico do processo.

Parágrafo Único - Para condução dos trabalhos do processo eleitoral a Comissão contará com a colaboração de representantes do colegiado que serão requisitados pelo Presidente.



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Artigo 2º - Caberá a Comissão Eleitoral:

- a) Dirigir o processo eleitoral, acompanhando o processo de inscrição, votação e apuração, responsabilizando-se pelo bom andamento de todos os trabalhos e resolvendo os eventuais incidentes que venham a ocorrer.
- b) Adotar as providências necessárias para a organização e a realização do pleito;
- c) Analisar e encaminhar ao COMDEFI para homologação as candidaturas;
- d) Receber denúncia contra candidatos, nos casos previstos em lei, adotar procedimentos necessários para apurá-los.
- e) Analisar e julgar eventuais impugnações apresentadas contra mesários, apuradores e a apuração;
- f) Lavrar a ata de votação, anotando todas as ocorrências;
- g) Realizar a apuração dos votos;
- h) Disciplinar procedimento para divulgação das candidaturas e apurar irregularidades e denúncias advindas do descumprimento do regramento;
- i) Publicar o resultado do pleito, abrindo prazo para recurso, conforme estipulado em edital;

Artigo 3º Caberá ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência- COMDEFI as seguintes atribuições junto ao processo eleitoral:

I- Formar a Comissão Eleitoral;

II– Requisitar servidores e/ou convidar representantes para a recepção das inscrições e constituição das mesas receptoras e apuradoras;

III- expedir resoluções acerca do processo eleitoral;

IV- julgar:

a) os recursos interpostos contra as decisões da Comissão Eleitoral;

b) as impugnações ao resultado geral das eleições, nos termos desta Lei;

V– homologar as candidaturas encaminhadas pela Comissão Eleitoral;

VI- publicar o resultado final geral do pleito, bem como proclamar os eleitos.



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Parágrafo Único - Todos os avisos e comunicados relativos ao Processo Eleitoral serão objeto de divulgação e fixação na sede da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso, Rua Jorge Burhian, nº 10 – Jardim Jaqueira e os editais publicados no Diário Oficial do Município, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dessas publicações.

Artigo 4º - Para efetividade de seus trabalhos o COMDEFI requisitará apoio a outras secretarias municipais e instâncias locais , no que couber visando dar ampla divulgação ao processo e efetivar sua logística. Caberá à Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso - SEPEDI, oferta de recursos humanos e materiais, bem como, suporte orçamentário do processo.

Artigo 5º - Está resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Luciane Maria Molina Barbosa
Presidente
COMDEFI